

# Estudo Técnico Preliminar 24/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.004695/2023-79

## 2. Introdução

2.1. O Estudo Técnico Preliminar caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.2. Tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da intenção da contratação apontada pelo demandante no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica da prestação dos serviços acessórios por via indireta, que pretendemos licitar.

2.3. Fornece as informações necessárias para subsidiar a elaboração do Termo de Referência alinhado com o Planejamento da Administração.

**Referência:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, Instrução Normativa nº 5/2017 da SEGES/MPDG. Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação – Brasília: Advocacia-Geral da União : Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023.

## 3. Descrição da necessidade

3.1. Refere-se à contratação de empresa especializada na prestação de serviços, de forma contínua, de Motorista Executivo, tipos I e II, para ser executado nas dependências do Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília-DF, por mais de um exercício financeiro.

3.1.1. A necessidade de contratação na perspectiva do interesse público é fundamentada por serem atividades de motorista, correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, previsto no Art. 2º da Lei nº 9632, de 07 de maio de 1998, conforme item 3.5. deste ETP, que poderão ser objeto de execução indireta.

3.1.2. Faz-se necessária a otimização de recursos humanos, do MME, para os serviços que envolvem atribuições exclusivas dos servidores, em detrimento daqueles serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, passíveis de execução indireta, como os serviços terceirizados que se pretende licitar.

3.1.3. A contratação dos serviços mencionados é uma resposta direta a essa necessidade, visando atender as demandas específicas dos setores. Isso proporciona suporte crucial para as atividades essenciais do órgão e está em conformidade com o artigo 8º da Instrução Normativa nº 05/2017, reforçando a base legal para a decisão de contratação.

### Previsão legal da terceirização

3.2. A terceirização de atividades acessórias constitui mecanismo de gestão que possibilita o direcionamento da máquina administrativa para a consecução de sua atividade fim, consoante estabelece o Art.10, §7º, do Decreto- Lei nº 200/67, conforme segue:

*"Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.(...)"*

*§7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a administração procurará desobrigar-se da realização material das tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução.*

3.3. Encontra-se amparo na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando for execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, condizentes ao que determina o Art. 48. da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

*"Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:*

*I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;*

*II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;*

*III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;*

*IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;*

*V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;*

*VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.*

*Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.*

3.4. O art. 15, da IN/MPDG/SEGES nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal, informa que:

*"Art.15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."*

3.5. Observa-se que o Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, determina em seu art. 3º, §1º que:

*§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.*

3.5.1. Importante destacar, o art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018:

*" Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:(...)*

*XXVIII - transportes;"*

3.5.2. O Art. 2º da Lei nº 9632 de 07 de maio de 1998, no seu paragrafo único sobre a extinção do cargo de motorista e motorista oficial, especifica:

*"Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.*

*Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às atividades de Motorista e Motorista Oficial.*

3.5.3. Os cargos de motorista e motorista oficial foram extintos pela Lei nº 9.632/1998, conforme recorte acima. Ocorre que o quadro permanente de motorista está obsoleto, não terá renovação, por serem cargos de natureza acessória e instrumental, que deve ser reposto por terceirização, conforme previsto na Lei supracitada.

3.6. Cabe ressaltar que os motoristas do quadro permanente, que ainda estão em atividade, são 4 (quatro), porém: 2 está em processo de aposentadoria e 2 afastados para tratamento de saúde, o que inviabiliza a condução dos veículos de representação por esses motoristas, bem como fornecer transportes de servidores e materiais, não cobertos pelo TaxiGov.

3.7. A contratação de prestação dos serviços, continuada de motorista executivo, configura-se como comum e já é reconhecido no âmbito da Administração Pública a importância da realização dessas atividades por empresas especializadas, pois, com isso, desincumbem servidores da instituição, de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados.

3.7.1. Cabe ressaltar o que dispõe o "Caderno de Logística para prestação de serviços de transporte", desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que devemos considerar os integrantes da categoria profissional de motorista profissional, nos termos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2013, ou seja, os motoristas profissionais de veículos automotores cuja condução exija formação profissional e que exerçam atividades mediante vínculo empregatício no transporte rodoviário de passageiros e transporte rodoviário de cargas.

3.7.2. Ao estabelecer os requisitos, exigências e jornada de trabalho do condutor do veículo, deve-se observar as disposições contidas na Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2013, no que couber, e as disposições constantes no Acordo ou Convenção Coletiva, quando houver.

### 3.8. Objeto da Contratação

3.8. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de condução de veículos oficiais, de forma continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às demandas do Ministério das Minas e Energia, no Bloco U, em Brasília, conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar.

3.9. A contratação em comento está em consonância com Planejamento Estratégico do MME de acordo com seus Objetivos e suas Dimensões Estratégicas, relacionada aos processos de suporte as atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, mais precisamente no pilar relativo as pessoas, como pode ser visto em seu Mapa Estratégico 2020/2023 a seguir:



3.10. Informamos que até a presente data não foi aprovada e disponibilizado o novo Mapa Estratégico de 2024/2027.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos de Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 5.1 Da Natureza Continuada dos Serviços

5.1.1. A Contratação de serviços de condução de veículos oficiais, feita por motorista executivo, a serem contratados são **considerados comuns** e deverão ser **prestados de forma contínua**, uma vez que visam atender à necessidade pública de forma permanente e sem interrupções, por mais de um exercício financeiro, nos termos do Art. 29, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 mão-de-obra.

5.1.2. O serviço a ser contratado está previsto no planejamento anual das contratações do Órgão, além de constituir uma atividade material acessória aos assuntos que constituem sua área de competência legal, fixada no Art. 1º, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, levando-se a efeito o disciplinado no § 7º do Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. A contratação segue orientações da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, e, subsidiariamente, das normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações.

### 5.2 Dos requisitos da contratação

5.2.1. O número de motoristas solicitados indica a necessidade de **8 (oito) postos** para execução do serviço de forma eficiente, respeitando a troca de turnos, continuada e permanente. Os postos serão descritos no item 7, desse ETP.

5.2.2. A contratada deve propiciar ao Ministério de Minas e Energia (MME) as condições de deslocamento de autoridades no Distrito Federal e cidades do entorno.

5.2.3. A categoria do posto a ser ofertado pela Contratada é de **motorista executivo (CBO 7823-05)**, que prestará serviços em obediência às condições elencadas em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), em que não há necessidade de reembolso de despesas com viagens e hospedagem.

5.2.4. A cotação de preços para a execução dos serviços, nas respectivas Planilhas de Custos e Formação de Preços de mão de obra, deve observar os pisos salariais das respectivas categorias, fixados em convenção ou acordo coletivo de trabalho

5.2.5. A contratada deve ofertar o serviço conforme o Decreto nº 9287/2018, e a legislação vigente, visando garantir a qualidade na execução do serviço prestado.

5.2.6. Os requisitos necessários exigidos pela contratante para a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços especificados devem cumprir com as normas e regulamentos no que couber à contratação, tais como:

- possuir experiência comprovada, de no mínimo, de 3 anos, na alocação do objeto da contratação;
- possuir comprovação de que já executou o contrato com o número integral de postos, conforme Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, item 10.6, alínea c.2.;
- possuir pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, previamente à celebração do contrato;
- desenvolver as atividades relacionadas aos serviços e seu gerenciamento nas dependências do órgão;
- a coordenação e a fiscalização necessária para o desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços serão feitas nas dependências do órgão;
- a duração inicial do contrato será de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **10 (dez) anos**, com base nos artigos 106 a 108, da Lei 14.133, de 2021;
- não haverá a eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimentos;

- o cumprimento da exigência de garantia de execução contratual, pela contratada, contemplando a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento, conforme estipula a IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- a Contratada deve disponibilizar os insumos necessários e motoristas para execução dos serviços, que atendam os requisitos previstos no item 7, desse ETP.
- os serviços de condução de veículos oficiais por motoristas executivos serão executados pela Contratada, obedecendo ao estabelecido na IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e suas respectivas alterações e demais normas legais pertinentes.

### 5.3 Materiais e equipamentos a serem disponibilizados:

5.3.1 Para cumprir integralmente com as exigências da legislação trabalhista, a contratada deverá disponibilizar ao seu empregado, em toda a execução do serviço, uniforme, inclusive crachá com identificação individual.

### 5.4 Critérios e práticas de sustentabilidade:

5.4.1 No que se refere à obrigatoriedade da presente contratação estar alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), além de outros instrumentos de planejamento da Administração, informamos que o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do MME se encontra em fase de elaboração em conformidade com o que determina a portaria SEGES/MGI nº 5376, de 14 de setembro de 2023. Sendo assim, quando o novo PLS, seguindo o modelo de referência disponibilizado, iniciar sua implementação, a contratante deverá disponibilizar o conteúdo para a contratada capacitar, no que couber, a equipe.

5.4.2 Sendo assim, para a execução dos serviços, a contratada deverá conhecer as normas federais/estaduais e municipais, relativas a critérios e práticas de sustentabilidade adotada pelo MME, para capacitar e informar a equipe, quando couber (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>).

5.4.3. Para a execução dos serviços, em aspectos gerais, atinentes à sustentabilidade ambiental, a contratada deverá observar e adotar as normas federais, e no que couber, obedecer aos critérios contidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012 e alterações;

5.5. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho conforme os normativos regulamentadores vigentes, no que couber.

5.6. Outras práticas sustentáveis poderão ser descritas oportunamente no Termo de Referência.

### Subcontratação

5.7. Não deve ser permitida subcontratação do objeto, sendo tão somente permitida a utilização de serviços específicos ou eventuais de pessoas especializadas para auxiliar no atendimento aos objetivos acordados.

### 5.8 Garantia de execução

5.8.1 Deve ser exigida garantia de execução no percentual de 5% (**cinco por cento**), em vista do expressivo valor estimado do contrato anual de **R\$ 851.078,40 (oitocentos e cinquenta e um mil e setenta e oito reais e quarenta centavos)** nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

### 5.9 Vistoria

5.9.1 Não haverá a necessidade de realização de vistoria.

### 5.10 Disposições contratuais obrigatórias

5.10.1 O Decreto nº 9.507, de 2018, prevê em seus arts. 8º e 9º uma série de disposições que obrigatoriamente devem constar no contrato celebrado, dentre as quais se destaca a adoção de um dos dois mecanismos de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

5.10.1.1 pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados, efetuado somente na ocorrência do fato gerador; ou.

5.10.1.2 pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados por meio de depósito em conta vinculada específica, aberta em nome da pessoa jurídica contratada, e com movimentação autorizada pela contratante.

5.10.2 A operacionalização desses mecanismos deve observar os Cadernos de Logística próprios disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). Incumbe ao Administrador, apenas, escolher entre uma das duas opções.

5.10.3. No caso, a operacionalização da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação conta com maior agilidade e possui módulo com cálculo automático por meio do Sistema Compras.gov.br Contratos, reduzindo a chance de erros nas retenções e liberações. Tal ponto justifica sua adoção em face do mecanismo de pagamento com base na ocorrência do fato gerador, de custo administrativo maior para operacionalização.

### 5.11 Conta Vinculada

5.11.1 Registra-se que será adotada a sistemática da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação como mecanismo de controle interno para prevenir os possíveis riscos de descumprimentos das obrigações trabalhistas e verbas rescisórias dos trabalhadores por parte da contratada.

5.12.1 A utilização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação é ferramenta já institucionalizada e sedimentada na Administração Pública como mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica do gestor e dos fiscais de contrato. Ou seja, trata-se de ferramenta bem internalizada e utilizada, como regra, nas contratações de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra realizadas pelos Órgãos da Administração Pública Federal, inclusive por este Instituto.

5.13.1 O Pagamento pelo Fato Gerador, por sua vez, só passou a ser adotado pela Administração Pública Federal com o advento do Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador, no ano de 2018. Assim, as equipes que atuam na fiscalização administrativa dos contratos, tendo em vista a quantidade de servidores, continuam em processo de qualificação, para agregar os conhecimentos requeridos para as atividades exigidas para a metodologia do pagamento pelo fato gerador, que demanda um grau maior de controle por parte da fiscalização em razão da necessidade de uma análise sistemática e individualizada das ocorrências de eventos futuros e incertos registrados em cada um dos postos de trabalho por período de faturamento. Nesse sentido, percebe-se que existem vantagens operacionais para a utilização da Conta Vinculada.

5.14.1 Assim, pelas razões ora consignadas, conclui-se que, na contratação dos serviços objeto da contratação, a Conta Vinculada é a opção que apresenta o melhor custo-benefício como mecanismo de controle do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada.

5.15.1 É obrigatório que o Gerenciamento de Riscos contemple mecanismo de controle interno para tratar o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, por meio da adoção da Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para movimentação, conforme a opção constante do Termo de Referência, o que deverá ser providenciado na espécie.

### 5.16 Requisitos de qualificação econômico-financeira

5.16.1 A comprovação da qualificação econômico-financeira também é salutar na contratação de serviço de apoio administrativo, considerando se tratar de serviço com emprego de mão de obra em regime de dedicação exclusiva de incontestável importância para a Administração, situação em que a inexecução total ou parcial do contrato acarreta graves prejuízos para alcance dos objetivos do órgão.

### **Participação de consórcio, cooperativas, organizações sociais, instituições sem fins lucrativos, empresários individuais e pessoas físicas**

5.17. Não deve ser admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

5.18. Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo que não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio, ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnívelamento dos padrões de qualidade.

5.19. Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

Deve ser admitida a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, desde que os serviços objeto desta contratação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

5.20. Não deve ser permitida a participação de pessoas físicas, com fundamento no parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme requisitos estabelecidos no tópico 4 destes Estudos Técnicos Preliminares.

#### **Participação de microempresas e empresas de pequeno porte**

5.21. A contratação está inicialmente estimada no valor aproximado de **R\$ 851.078,40 (oitocentos e cinquenta e um mil e setenta e oito reais e quarenta centavos)** anual. Considerando que o valor está acima do limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a contratação não deve ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.22. Resta ainda avaliar o disposto no inciso II do art. 48 da mesma Lei Complementar, de que a Administração pode exigir a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte no caso de serviços., entretanto levando-se em consideração o que consta no item 2, das disposições contratuais obrigatórias, não se revela prudente exigir a subcontratação, razão pela qual tal exigência não deve ser adotada no presente caso.

## **6. Levantamento de Mercado**

6.1 Ressalta-se que a contratação em referência não possui exigências ou especialidades que dificultem os fornecedores a recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades. Isso porque os requisitos e competências requeridos para o desempenho da função de motorista executivo são localizados com facilidade no mercado de trabalho e atendem às soluções 1 e 2 elencadas.

6.1.2 A pesquisa foi realizada mediante portais como: Pannel de preços, Banco de Preços, Comprasnet e fornecedores deste segmento, e após diversas análises de contratações similares, verificamos que o modelo de contratação é usual, ficando em paralelo com as contratações efetivadas por diversos Ministérios e entes públicos de Brasília.

6.1.3 Foi realizada, para o item uniforme de motorista, pesquisa de preços similar ao do posto de motorista, em conformidade com a planilha de Custos em anexo deste ETP.

6.1.4 A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do artigo 6º, XIII, da Lei 14.133, de 2021, em função das características gerais e específicas de mercado e atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, conforme disposto:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;."*

6.1.5 Cabe ressaltar que o Art. 2º da Lei nº 9632 de 07 de maio de 1998, no seu paragrafo único sobre a extinção do cargo de motorista e motorista oficial, especifica:

*"Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às atividades de Motorista e Motorista Oficial."*

6.1.6. Os cargos de motorista e motorista oficial foram extintos pela Lei nº 9.632/1998, conforme recorte acima. Desta forma o quadro permanente de motorista está obsoleto, não terá renovação, por serem cargos de natureza acessória e instrumental, que deve ser repostos por terceirização, conforme previsto na Lei supracitada.

#### **Comparação entre soluções**

## 6.2 . Solução 1: Contratação de serviços por demanda/produtividade.

6.2.1. Nas contratações de serviços por demanda/produtividade ocorrem situações que não se harmonizam perfeitamente com o Serviço Público, exigindo um esforço desnecessário da Administração na gestão contratual, como, por exemplo:

- Mostram-se inviáveis as demandas se apresentam intempestivamente, não sendo praticável a constante emissão de ordens de serviço para seus atendimentos.
- Mostram-se improditivos a Contratada encaminhar um profissional a todo instante, devido à ausência do profissional para execução da demanda, e este não estaria familiarizado com as rotinas e processos do órgão, resultando em serviços prestados de forma ineficaz e morosa.
- Mostram-se impraticáveis que a prestação dos serviços ocorram por demanda, ou seja, de acordo com a necessidade do serviço, visto que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, pois as variáveis dessas atividades impossibilitam estabelecer valores unitários para elas, além da constante emissão de ordens de serviço para seus atendimentos.
- Não se pode estimar, por exemplo, um quantitativo de deslocamento que as autoridades farão, entre outras atribuições a serem desenvolvidas por esses profissionais.

## 6.3. Solução 2: Contratação de serviço por postos de trabalho.

6.3.1. A contratação por postos de trabalho permite que os motoristas executivos alocados para a prestação do serviço estejam inseridos no cotidiano e nas rotas das autoridades, da demanda da divisão de administração e transporte do MME, tomando conhecimento das rotinas inerentes às áreas que serão atendidas, proporcionando assim uma maior eficiência, produtividade, e comprometimento, uma vez que o profissional estará familiarizado com o que será cobrado na sua avaliação do IMR.

6.3.2. Para fins de aferição do serviço e efeito de pagamento, a especificação do preço por posto de trabalho permite uma melhor avaliação da execução do contrato, uma vez que há estabelecida uma unidade de medida, e a mesma pode ser aferida por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto no Anexo I, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

### 6.3.3. Exemplos de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades:

Contratações Similares em outros órgãos		
Pregão	Órgãos	UASG
PE 03/2023	FUNAI	194049
PE 02/2023	Superinten.Adm Ministério da Fazenda /RS	170175
PE 06/2023	Superinten.Adm Ministério da Fazenda AC	170344
PE 52/2023	UF ITAJUBÁ	158161
PE 45/2023	TRT 15A.REGIAO	80011
PE 067 /2023 (SRP)	IFPI	155199

### Mercado de fornecedores:

6.4. Destaca-se que a contratação não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. Em consulta a contratações semelhantes na Administração Pública, foram identificados vários fornecedores que apresentaram preços para os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, "CATSER - 15008 - Prestação de serviços de motorista executivo", em licitações de outros órgãos da Administração Pública, conforme lista abaixo:

CNPJ	FORNECEDOR
111.821.42/0001-33	ISRAEL SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA
04.750.772/0001-00	ALENCARINAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS
05.228.723/0001-66	SAARA PBRAS E SERVIÇOS LTDA



03.637.812/0001-30	SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIRELI
05.069.154/0001-53	GLOBALTECH
24.845.574/0001-29	ADFORT SERVIÇOS
22.463.530/0001-09	JDR SERVICES
09.370.244/0001-30	DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA EIRELI
72.620.735/0001-29	AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA
22.463.530/0001-09	JDR SERVICES LTDA
02.316.044/0001-50	RMC - LOCACAO DE VEICULOS E
17.004.212/0001-40	ESSA SERVICOS ESPECIALIZADOS E
20.882.119/0001-42	ANDROMEDA EVENTOS E
11.545.051/0001-15	ALVORADA SERVICOS
19.806.089/0001-06	CONTROLAR SEGURANCA

6.4.1. Nota-se que a Administração Pública Federal opta pela terceirização dos serviços de motorista, sendo a métrica de "**postos de serviço**" amplamente praticada para serviços que serão licitados. Verifica-se que esta é uma solução comum na contratação deste objeto pelos órgãos públicos.

#### 6.5. Solução escolhida:

6.5.1. Após análise das soluções disponíveis no mercado, devido à natureza do trabalho a ser executado, a contratação deverá ocorrer por meio de fornecimento de mão de obra especializada, com a **unidade de medida por Postos de Trabalho**.

#### 6.6. Justificativa da escolha:

6.6.1. Em relação à **solução 1**, é possível observar que o serviço nesse modelo não é usual na Administração Pública para os serviços em questão, a contratação dos serviços por produtos entregues ou resultados alcançados não se adequam perfeitamente a natureza do serviço.

6.6.2. Nota-se que, na **solução 2**, o grande número de pregões realizados pela Administração Pública e o extenso volume de, participantes, demonstram a viabilidade dessa solução, tanto por ser a que mais se aproxima dos requisitos definidos, como também por se mostrar pouco restritiva, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como prática de mercado.

6.6.3. Este modelo de contratação proporciona condições como a disponibilização dos empregados nas dependências da contratante, de forma exclusiva, o que viabiliza que o MME tenha tais profissionais à sua disposição, frente ao surgimento das demandas, garantindo assim eficiência e produtividade ao processo; logo, é adequado aos serviços que contemplam atividades de rotinas administrativas. Trata-se de situação em que não cabe a solução 1, com a definição de unidade de medida para fins de contratação mediante produtos, conforme prioriza a Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 05/2017. Isso porque as atividades variam de acordo com suas demandas, e os resultados das ações, em regra, não são mensuráveis em quantitativos que podem ser multiplicados por um coeficiente que resulte num montante a ser pago à Contratada.

## 7. Descrição da solução como um todo

### 7.1. Descrição das rotinas

7.1.1. A solução objeto deste Estudo é a contratação de empresa especializada na alocação de empregados para desenvolvimento de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias de motorista executivo I e II, no Ministério de Minas e Energia (MME).

7.1.2. A prestação dos serviços ocorrerá, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, mediante escala de serviços a ser definida pela Administração do MME, respeitada a legislação trabalhista de 44 horas semanais, com 1 (uma) hora de intervalo para descanso, nos períodos compreendidos de:

- 06 às 22 horas, para o **Motorista Executivo I**;
- 16 horas do dia anterior à 01 horas do dia seguinte, para o **Motorista Executivo II** (respeitadas as garantias do art. 73 da CLT na realização do trabalho, que adentre no horário caracterizado como noturno);

7.1.3. A justificativa de jornadas diferenciadas se deve a necessidade de estabelecer uma escala sequencial de serviço entre os motoristas, de forma que possam atender as autoridades na condução continuada dos veículos, por períodos que se iniciam no período matutino, passando pelo vespertino e que se estendem até o período noturno, respeitando a legislação trabalhista.

7.1.4 Eventualmente, poderá haver labor no sábado, domingo e feriado, cujas jornadas serão compensadas durante a semana, na relação de 1 dia trabalhado por 2 de folga.

7.1.4.1 O horário de trabalho poderá ser alterado conforme necessidade do MME., respeitando-se a jornada de trabalho prevista em lei.

7.1.4.2. Não haverá realização de horas-extras;

7.1.4.3. Os postos de trabalhos serão baseados na DIAP - Divisão de Administração de Transportes, sediada na Garagem;

7.1.5.4. A atividade do profissional será coordenada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado nos termos da norma em vigor;

7.2. A execução contratual observará, para que se obtenha de cada veículo o melhor rendimento e segurança na utilização, o motorista deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

- a) Manter os veículos devidamente abastecidos, limpos e lubrificados, principalmente após contato com lama, areia, e áreas alagadas;
- b) Planejar o percurso, quando possível, para a identificação da melhor rota;
- c) Evitar, tanto quanto possível, o tráfego engarrafado;
- d) Manter a velocidade do veículo compatível com o trânsito;
- e) Evitar aceleração forte, a fim de que não seja consumido combustível desnecessariamente;
- f) Evitar freadas bruscas;
- g) Utilizar a marcha correta;
- h) Não acelerar o veículo, quando parado;
- i) Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
- j) Verificar e manter calibrados os pneus de acordo com as especificações do fabricante;
- k) Não deixar as chaves na ignição e nem no interior do veículo quando fora de serviço;
- l) Ao estacionar por defeito mecânico ligar as luzes de emergência e colocar o triângulo de segurança;
- m) Preencher o Boletim Diário de Transporte, utilizado pela Divisão de Transportes deste Ministério, registrando hora de saída e chegada, quilometragem percorrida, destino, natureza do serviço, requisitante do serviço e outras informações necessárias;
- n) Observar as normas internas do Ministério, principalmente quanto a velocidade limite na garagem;
- o) Atender as normas legais de segurança, higiene e saúde para o devido cumprimento de suas atividades;
- p) Comunicar-se com a área competente do Contratante sempre que, durante a execução dos serviços, ocorra qualquer impedimento, com vistas às medidas de socorro, transporte de passageiros ou acionamento de perícia;
- q) Seguir rigorosamente as orientações aplicáveis em caso de acidente, em qualquer situação, com veículos oficiais do MME, da seguinte forma:
  - Comunicar imediatamente a fiscalização do contrato, que se dirigirá ao local para as devidas providências;
  - Sinalizar a faixa de rolamento onde ocorreu o acidente com a utilização do triângulo de segurança;
  - Aguardar no local do acidente, mantendo o veículo sob sua guarda, a realização da perícia que será acionada pela PM ou Detran, que providenciará o laudo em 30 dias;

- Se possível, registrar o acidente com imagens fotográficas;
- Após a realização da perícia, se o veículo estiver em condições de trafegar, se dirigir a Delegacia de Polícia mais próxima e lavrar o BO – Boletim de Ocorrências, que será o documento base para acionar a seguradora.
- Observar e cumprir sempre as orientações do Código Brasileiro de Trânsito – LEI Nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997 e a LEI Nº 14.599, de 19 de junho de 2023, que modifica a composição do Conselho Nacional de Trânsito, amplia o prazo de validade das habilitações e dá outras providências.

7.2.1 O preenchimento das vagas afetas às categorias profissionais será realizado somente após análise curricular, da Contratada e aprovação da Contratante, nos seguintes termos:

- A Contratada deverá realizar o processo de seleção conforme os pré-requisitos constantes neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Edital e seus anexos, em especial o Termo de Referência (TR).
- Somente após aprovação do currículo pela Contratante, o profissional deverá ser alocado pela Contratada e assim dar-se-á início à contagem do tempo de disponibilidade do profissional, para fins de prestação dos serviços e de faturamento.
- A cada solicitação do Contratante para nova contratação, inclusive quando da necessidade de substituições de postos efetivos, a Contratada terá **até 24 (vinte quatro) horas** para atendê-la, devendo, neste prazo, efetuar o recrutamento, a seleção e o encaminhamento de currículos para avaliação da unidade demandante dos serviços.
- Excepcionalmente, se houver manifestação formal da imprescindibilidade da substituição pela Unidade tomadora dos serviços no MME, caberá à Contratante solicitar à Contratada a substituição do posto ausente, por quaisquer motivos, incluindo férias e afastamentos por motivo de doença, nessa hipótese, o valor referente ao posto será efetivamente pago.

### Teletrabalho

7.3. O trabalho remoto, apesar de não ser algo novo, vem sendo amplamente discutido nos últimos dois anos em decorrência dos efeitos da Covid-19. Trata-se de uma modalidade de trabalho realizada fora das dependências do empregador por intermédio de recursos tecnológicos, com a possibilidade de o trabalho ser cumprido na residência do trabalhador ou em outro local de sua preferência.

7.3.1 Esta contratação não prevê a opção da modalidade de teletrabalho.

### 7.5. Descrição do serviço:

7.5.1. A contratada deverá alocar empregados para a execução dos serviços, respeitando as exigências estabelecidas no Termo de Referência da pretendida contratação, bem como aceitar o Instrumento de Medição de Resultado, concordando com as definições dos indicadores e descontos previstos. Todas as atividades serão rotineiras e deverão ser prestadas nas dependências desse Ministério e supervisionadas pelo Gestor do Contrato e pela equipe de fiscalização a ser designada.

7.5.2. Ainda, a contratada deverá observar o atendimento aos requisitos elencados abaixo para o preenchimento do posto:

#### Requisitos esperados para o Motorista Executivo - tipo I e II:

- grau de escolaridade mínimo é o ensino fundamental completo;
- possuir Carteira Nacional de Habilitação – categoria “D” ou superior, com prazo de validade em dia e com observação EAR (exerce atividade remunerada);

#### Justificativa da Carteira Nacional de Habilitação – categoria “D”

É relevante ressaltar que a obtenção da carteira de habilitação categoria "D" está disponível a qualquer condutor que possua 21 anos de idade e, pelo menos, 2 anos de experiência nas categorias B ou C. Dessa forma, para alcançar a carteira de habilitação categoria D, o condutor deve acumular, no mínimo, 3 anos de experiência, conforme estipulado pelas normas oficiais. Esta exigência da carteira seleciona um grupo de pessoas que apresentam maior experiência, maturidade emocional, física e intelectual. Isso é fundamental ao considerar a responsabilidade do motorista oficial, que terá sob sua guarda um bem público de elevado valor e a importante função de conduzir autoridades governamentais. Vale ressaltar que o condutor estará encarregado de transportar a autoridade máxima da pasta, tornando indispensável a presença de um profissional com vasta experiência para assegurar a segurança e confiança das autoridades.

- ser maior de idade;
- possuir experiência mínima de 2 (dois) anos como condutor de veículo executivo, devidamente comprovada na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

**\* a justificativa de experiência decorre do fato** de que o condutor irá conduzir também veículos de representação das autoridades máximas do Ministério de Estado de Minas e Energia do Brasil, o que é prudente e recomendável que tenha experiência no exercício da função, visto a responsabilidade envolvida.

- possuir Curso de Capacitação de Transporte de Passageiros e de Carga Leve, devidamente comprovado com certificado;
- possuir curso de direção defensiva, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional;
- não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses;
- não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH decorrente de crime de trânsito ou estar impedido judicialmente de exercer seus direitos;
- os requisitos acima mencionados deverão ser apresentados no prazo máximo de até 5 (cinco) úteis após a assinatura do contrato;
- poderá ser utilizada motorista do sexo feminino, conforme recomendação do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do MME e Entidades Vinculadas (Cogemnev) do Ministério de Minas e Energia.

### 7.5.3. Da conduta pessoal dos motoristas:

- Ser pontual e permanecer no posto de trabalho;
- Prestar os serviços com higiene pessoal satisfatória (cabelo, barba, bigode aparado, se for o caso);
- Zelar pela fiel observância das regras fixadas pelo Contratante para a utilização do transporte;
- Polidez no trato com o público e colegas de trabalho.

Resumo da Solução		
Cargo: Motorista Executivo		
Código CBO: 7823-05		
CATSER: 15008		
Requisitos	Jornada de Trabalho	44 horas semanais
	Grau de instrução	Ensino Fundamental Completo
	Exigência Legal	Carteira Nacional de Habilitação Categoria D, ou superior com validade em dia; com a observação EAR (exerce atividade remunerada); Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses; Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH decorrente de crime de trânsito ou estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.
	Experiência	2 anos
	Conhecimento	Possuir Curso de Capacitação de Transporte de Passageiros e de Carga Leve, devidamente comprovado com certificado; Possuir curso de direção defensiva, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional.
	Habilidades	Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade; Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento; Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho; Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas ;Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.
	Atitudes	Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;

		Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
<b>Descrição Sumária</b>	Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores, realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros, efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas, trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.	
<b>Atribuições</b>	Conduzir veículos oficiais com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza; Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato; Zelar pelos veículos a serem utilizados de propriedade ou sob a responsabilidade do Ministério das Minas e Energia -MME, de diferentes marcas e modelos, veículos leves, entre outros, que poderão vir a ser substituído(s) ao longo do contrato; Comunicar a quem de direito, as ocorrências de quaisquer fatos ou avarias relacionados com os veículos sob sua responsabilidade, que venham a comprometer a sua utilização ou seu estado de conservação; Apontar os defeitos e incorreções apresentadas nos veículos para fins de manutenção; Realizar outras atividades de nível básico relacionadas à execução dos serviços.	

7.6 Salário

7.6.1 O salário será o do piso salarial da respectiva categoria profissional, Motorista Executivo, tendo como referência a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023, com data-base em 1º de janeiro/2023, celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e de Carga do Distrito Federal – SITTRATER-DF e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis do DF – SEAC/DF, tendo como salário base o valor de R\$ R\$ 3.143,76, (conforme documento SEI nº 0850987).

7.6.2 A frequência dos funcionários será controlada mediante folha de ponto, por meio de assinatura de entrada e saída nos dois turnos, devido à natureza dos serviços prestados que inviabiliza um sistema de controle de ponto eletrônico.

7.7 Detalhamento dos insumos ofertados pela contratante

Uniformes

7.7.1 Justificativa para os quantitativos e características de uniformes:

7.7.1.1. Embora o fornecimento de uniforme para Motoristas Executivos não seja previsto em Convenção Coletiva de Trabalho, há amparo legal para a sua exigência por parte do Órgão, de conformidade com o Art. 456- A da CLT (...):

*"Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)."*

7.7.1.2. As especificações e quantidades anuais de uniformes a serem fornecidas pela contratada derivam da necessidade de os prestadores de serviços estarem condizentes com a função no período todo do expediente.

7.7.1.3. Foram planejados considerando as experiências anteriores desses serviços no Órgão, as diretrizes e recomendações da fiscalização do contrato anterior, que no dia a dia dos serviços, avalia as aparências dos funcionários da empresa, bem como os uniformes dos servidores (motoristas oficiais remanescentes).

7.7.1.4. Em sua rotina diária, irão prestar os serviços diretamente para as autoridades máximas do Órgão (Ministro e Secretário Executivo), razão pela qual necessitam estar com suas vestimentas em perfeitas condições de uso e de aparência. Desta forma, as quantidades foram previstas para possibilitar que os trajes usados tenham tempo de serem higienizados e haja a disponibilização de outros para serem utilizados no período logo a seguir.

7.7.1.5 Foi considerado, ainda, o fato que o trabalhador, na maioria das vezes, mora longe do trabalho, chegando tarde já no anoitecer em casa e saindo no outro dia, o que justifica a existência de mais conjuntos de uniformes para estarem disponíveis para o cumprimento das atividades.

7.7.1.6. A Contratada deverá fornecer os uniformes, entregando-os nas dependências do Contratante, em local a ser definido pelo Fiscal do Contrato.

7.7.1.7 A Contratada deverá entregar o uniforme completo aos profissionais mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada ao Contratante.

7.7.1.8. O custo dos uniformes não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigida a devolução dos uniformes usados quando proceder à entrega das novas unidades, ficando a critério da empresa contratada requerer a devolução dos mesmos no encerramento do Contrato.

7.7.1.9. A Contratada deverá orientar o profissional quanto à responsabilidade pelo zelo, higienização e conservação dos uniformes fornecidos.

Uniforme para o Motorista Executivo						
ITEM	Especificações	Quantidade/Funcionário				Qdade Total Geral Anual (x8)
		Un	1º mês	6º mês	Total Anual Por Func.	
	Terno, na cor preta, com 55%					

1	poliéster e 45% de lã leve fina, em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade, sendo permitido a variação da composição em $\pm 30\%$ .	un	2	2	4	32
2	Gravata, em tecido 100% poliéster ou 100% seda, na cor preta, de boa qualidade, sendo permitido a variação da composição em $\pm 30\%$ .	un	2	2	4	32
3	Camisa, manga longa,, em estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cor azul clara ou branca, de boa qualidade, sendo permitido a variação da composição em $\pm 30\%$ .	un	5	5	10	80
4	Par de sapatos, tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade.	par	2	2	4	32
5	Par de meias, de tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elástano, cor preta, de boa qualidade, , sendo permitido a variação da composição em $\pm 30\%$ .	par	5	5	10	80
6	Cinto, tipo esporte fino, de couro e cor preta, de boa qualidade.	un	1	1	2	16
<b>TOTAL GERAL ANUAL</b>						<b>R\$24.133,33</b>
<b>TOTAL GERAL MENSAL</b>						<b>R\$2.011,11</b>
<b>TOTAL MENSAL UNITÁRIO</b>						<b>R\$251,39</b>

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1.A quantidade a ser contratada decorre da necessidade de haver um quadro efetivo de 8 (oito) profissionais, especialmente a condução dos veículos de Representação do Ministro de Estado e do Secretário Executivo, em todo o período demandado por essas autoridades, que em regra não têm horários fixos para serem iniciados e findados, o que demandam a existência de funcionários que possam desempenhar essas funções com continuidade, em sequência, por todo o expediente.

Serviços de Motorista Executivo					
Item	Especificação	Unidade de Medida	CBO (*)	Quantidade	
				Postos (a)	Empregado por Posto
1	Motorista Executivo I	Posto de trabalho	7823-05	4	1
2	Motorista Executivo II	Posto de Trabalho	7823-05	4	1
Total Geral de Motoristas					8

(\*) Classificação Brasileira de Ocupações

8.1.1.Este quantitativo citado na tabela acima foi estipulado levando em consideração o histórico da demanda no MME, bem como o crescimento das atividades desenvolvidas.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.127.696,00

9.1. As atividades contempladas nesta proposta de contratação, apresentam experiência profissional compatível ao padrão médio existente no mercado, visto que o objeto da contratação em estudo mostra-se estratégica, torna-se inconcebível a alocação de mão de obra de baixa qualificação ou com alta possibilidade de rotatividade na prestação dos serviços.

9.2. Diante de tais especificidades e havendo a necessidade de afastar o risco de selecionar colaboradores com capacitação inferior à necessária para execução dos serviços a serem contratados, sugere-se a adoção de salário referência, para buscar mão de obra qualificada e reduzir os níveis de rotatividade (*turnover*), evitando assim prejuízos à Administração.

9.3. Nesse sentido, a Instrução Normativa nº 05/2017 traz as seguintes considerações sobre a definição da remuneração dos trabalhadores a serem contratados:

### Anexo I - DEFINIÇÕES

*XXII - SALÁRIO: valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei. Quando da inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.*



Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

(...)

VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e (...)

9.4. Pelo exposto, para identificar contratações similares as fixadas neste estudo e de verificar os valores dos salários praticados no mercado, foi realizada pesquisa junto aos órgãos da Administração Pública Federal, conforme documento Demonstrativo de Pesquisa de Preços Junto aos Órgãos da Administração Pública Federal.

9.5. Para o estabelecimento dos salários, que este estudo toma por base, em respeito às condições avençadas na CCT da categoria, vale frisar a justificativa com o voto do Ministro Marcos Vileça ao tratar do assunto no voto do acórdão nº 256/2005 – TCU Plenário, que assim se manifestou, *in verbis*:

*"5. Ao contrário, poderia se até afirmar que o estabelecimento prévio de uma referência para os salários a serem pagos aos empregados diminui o grau de incerteza das empresas na composição de seus custos e na segurança da disponibilidade de mão de obra qualificada disposta a trabalhar por aquela remuneração, o que pode funcionar como um atrativo ao comparecimento de mais interessadas ao certame".*

*"15. Como toda empresa capitalista visa à maximização de seus lucros, com certeza as empresas fornecedoras de mão de obra se sentiriam tentadas a aumentar seus ganhos através da diminuição dos salários pagos aos seus empregados, que, como não podemos esquecer, constituem o mais importante custo desse tipo de contrato. O pagamento de salários mais baixos tende, ou, no mínimo, contribui para o descontentamento naturalmente, à seleção das pessoas menos capacitadas dos contratados, afetando a sua eficiência e produtividade. Em qualquer dessas hipóteses a administração restará como a maior prejudicada, apesar de, a princípio, ter se beneficiado de custos mais baixos."*

9.6. Importante salientar que o ajuste da remuneração e os demais benefícios deverão respeitar as Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre os sindicatos da categoria profissional.

9.7. A utilização da CCT nesta contratação visa estabelecer um parâmetro para as despesas obrigatórias e respectivos benefícios, como: auxílio alimentação, eventuais seguros e outros; como servir de parâmetro legal para futuras repactuações e reajustes salariais.

9.8. Por fim, convém informar que a demanda para a contratação atende ao que estabelece o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências, e ao Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. São os termos:

#### **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

(...)

*§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.*

#### **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

(...)

*§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.*

### Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços

9.9. Para preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, foi realizada investigação acerca da relação de cada custo (direto) unitário, pesquisando o preço médio da mão de obra que deve ser empregada, dos demais valores da planilha. Assim, foram verificados:

- a) convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho devidamente registrado no Sistema Mediador do Ministério da Economia (<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>);
- b) ato da autoridade municipal que definiu o reajuste da tarifa do transporte público;
- c) ato da autoridade municipal que definiu a alíquota de ISS;
- d) valores dos benefícios previstos em Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho, quando estimados, utilizados em outras planilhas de custos e formação de preços de licitações de serviços de motorista na cidade de Brasília-DF.
- e) os percentuais praticados para os "Custos Indiretos" e "Lucro" em outras planilhas de custos e formação de preços de licitações de serviços similares em Brasília-DF, respeitando o limite ao máximo de 5% (cinco por cento), no caso dos custos indiretos.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O objeto da contratação é indivisível, conforme orientação do TCU descrita abaixo:

*"Nas contratações com fornecimento de mão-de-obra exclusivo, deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática." Fonte: <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>.*

10.2. Observa-se a impossibilidade de divisão na Contratação em tela, não sendo possível atender à Súmula TCU n.º 247.

10.2.1 Sendo assim, a equipe de planejamento concluiu em seus estudos que o agrupamento do objeto é a melhor solução para a contratação em tela, visto que a sua divisão é menos eficiente técnica e economicamente, e pode representar perda de economia de escala.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A pretendida contratação encontra-se prevista no Plano Contratação Anual para o exercício de 2024, conforme ID nº 320004-90033/2023, do detalhado documento Plano de Contratação anual 2024.

## 13. Insumos ofertados

13.1. Será oferecido uniformes, pela contratada.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Espera-se que a contratação pretendida garanta condições adequadas de segurança aos usuários e ao patrimônio público, possibilitando o transporte das Autoridades com eficiência e pontualidade nos diversos compromissos ligados às funções atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia.

14.2 Os serviços prestados serão realizados por empregados selecionados, admitidos, treinados, acompanhados e coordenados pela Contratada, sendo que nos casos em que os funcionários não atendam às expectativas, haverá a substituição. Além de promover:

- viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços desenvolvidos pelos dirigentes, evitando a sobrecarga de trabalho e o desperdício de recursos, buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou o comprometimento da qualidade dos serviços.
- celeridade, de forma especializada, da execução de atividades meramente rotineiras;
- atender o MME com o quantitativo de postos especificados neste documento;
- atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

14.3. Ainda, potencializa-se um melhor aproveitamento dos recursos materiais e do trabalho das autoridades, uma vez que estas poderão concentrar seus esforços nas atividades fins.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1 As providências a serem adotadas para viabilizar e dar sequência a este Estudo Preliminar Digital visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de motoristas, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília-DF serão:

15.1.2 A elaboração do Termo de Referência, para nortear a licitação e sua aprovação pela autoridade competente, elaboração do edital, processamento da licitação e em seguida a contratação da (s) empresa (s) vencedora (s), visto que os recursos a serem necessários para ser empenhados em 2024 consta do Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Órgão.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, e na execução dos serviços deve adotar os critérios e as práticas de sustentabilidade e inclusão adotadas no MME e exigidas na contratação, quando for o caso.

16.2. Para minimizar os riscos nocivos à saúde, respeitar os critérios na forma do art. 5º e 6º da IN 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010.

16.3. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito às ações do PLS e do Plano de Resíduos Sólidos, quando couber, capacitando e informando a execução.

16.4. A Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários na execução dos serviços para não decorrer qualquer degradação ao meio ambiente.

16.5 O obstante os veículos do MME estejam de acordo com a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, com a utilização dos catalizadores nos escapamentos (Resolução CONAMA nº 18/1999), os veículos automotores ainda são responsáveis por grande parte das emissões de gases nocivos à atmosfera. A utilização de combustíveis fósseis, como o petróleo, na maior parte dos veículos só agrava essa situação, sendo que os impactos mais conhecidos pela emissão de gases poluentes são o aquecimento global e o efeito estufa.

16.6. No caso do órgão há a preocupação constante de que as manutenções dos veículos estejam em dia, o que diminui a emissão de gases, ademais, com o processo de desfazimento de 2 (dois) veículos comuns e aquisição de 2 (dois) veículos híbridos, a frota ficará padronizada com 4 (quatro) carros híbridos mais sustentáveis e econômicos, o que diminui o impacto ambiental significativamente estando consoante com a agenda de transição energética do MME.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara que a presente contratação é viável a partir da justificativa apresentada e que os requisitos especificações são adequados à continuidade da contratação, bem como às necessidades de fiscalização do contrato.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 419 DE 02/02/2024

**MARIA JOSE SOARES MENON**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 15:15:41.*

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 419 DE 02/02/2024

**JOELMA MENDES DE MELLO**

Equipe de apoio

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 419 DE 02/02/2024

**AIRTON OLIVEIRA LIMA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 16:53:03.*

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 419 DE 02/02/2024

**WASHINGTON CAVALCANTE VERAS DINIZ**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 09/05/2024 às 11:25:58.*

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 419 DE 02/02/2024

**ALVANIR DA SILVA CARVALHO**

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 14:54:00.*

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 419 DE 02/02/2024

**ANDREA CRISTINA ANDRADE SANTOS CARVALHO**

Autoridade competente

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA \_ DE\_ CUSTO\_E\_ FORMAÇÃO\_ DE\_ PREÇOS - Motorista Executivo - Valores atuais.xlsx (59.93 KB)